

# BRASIL DANDO A VOLTA POR CIMA

*com as mulheres  
no centro das  
políticas*

**MINISTÉRIO DAS MULHERES**

PRINCIPAIS AÇÕES 2023-2025

Maio/2025

MINISTÉRIO DAS  
MULHERES



**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Presidente da República

**GERALDO ALCKMIN**

Vice-Presidente da República

**CIDA GONÇALVES**

Ministra de Estado das Mulheres

**MARIA HELENA GUAREZI**

Secretária-Executiva

**FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA**

Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política

**DENISE MOTTA DAU**

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

**ROSANE DA SILVA**

Secretária Nacional de Autonomia Econômica

**FICHA TÉCNICA**

**Coordenação editorial**

Gisele Federicce

**Texto**

Carola Ribeiro

Dandara Lima

Eliane Barros

**Projeto Gráfico e diagramação**

Eliane Barros

Giulia Blainer

**Maior / 2025**

# SUMÁRIO

- 03** PALAVRA DA MINISTRA
- 04** AUTONOMIA ECONÔMICA, CUIDADO E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO
- 09** PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
- 18** PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
- 23** PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- 28** PROTAGONISMO NA AGENDA INTERNACIONAL
- 32** MAIS DIREITOS PARA AS MULHERES

# PALAVRA DA MINISTRA

---

Reconstruir as políticas públicas para as mulheres foi um dos principais desafios enfrentados pelo Ministério das Mulheres. Após anos de descaso do governo anterior, assumimos a missão de retomar, fortalecer e inovar nas ações voltadas à promoção da igualdade de gênero, à proteção contra as violências e à garantia dos direitos das mulheres em sua diversidade. Nosso trabalho tem sido guiado por diálogo constante, cooperação entre os Poderes da República, articulação nas três esferas de governo e escuta ativa da sociedade civil.

Em tempo recorde, demos um passo histórico com a aprovação da Lei de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens (Lei nº 14.611/2023). Com os três primeiros Relatórios de Transparência Salarial, evidenciamos que as desigualdades no trabalho persistem, mas há avanços fundamentais. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, lançamos o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral com mais de 80 ações voltadas ao combate à discriminação e à permanência das mulheres no mercado de trabalho.

Mais de 100 empresas aderiram à 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, adotando boas práticas e enfrentando barreiras que impedem o acesso e a permanência das mulheres no trabalho.

A Política Nacional de Cuidados, sancionada em 2024, inaugura um novo marco para o país: o reconhecimento do cuidado como direito e a promoção do seu compartilhamento, combatendo a sobrecarga que historicamente recai sobre as mulheres.

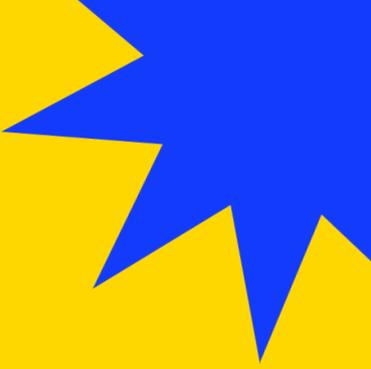
Retomamos o Programa Mulher Viver sem Violência, lançamos o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios, inauguramos novas unidades da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Referência, fortalecendo a interiorização das políticas de proteção. A campanha Femicídio Zero mobilizou clubes de futebol, chegou ao carnaval do Rio 2025 aos bilhetes das loterias federais, levando a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – a todos os cantos do país.

Ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão também é prioridade. Investimos em programas de formação de mulheres e no fortalecimento das Secretarias de Políticas para Mulheres em todo o país. No cenário internacional, lideramos as ações do Grupo de Empoderamento de Mulheres do G20 compartilhando experiências com países parceiros.

Os desafios são grandes, mas seguimos firmes, construindo políticas públicas eficazes, inclusivas e alinhadas às diferentes realidades das mulheres brasileiras.

**Cida Gonçalves**

Ministra de Estado das Mulheres



# AUTONOMIA ECONÔMICA, CUIDADO E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO

*Os primeiros anos do Ministério das Mulheres foram marcados por uma série de avanços rumo à igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, lançamos os três primeiros Relatórios de Transparência Salarial, uma inovação no país instituída pela Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023). A Política Nacional de Cuidados virou lei garantindo mais um passo rumo à igualdade de direitos, após a atuação integrada do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o tema, envolvendo entes da federação, acadêmicos, sindicatos, associações e movimentos sociais. Avançamos ainda na 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que teve a adesão de mais de 100 empresas. Confira!*

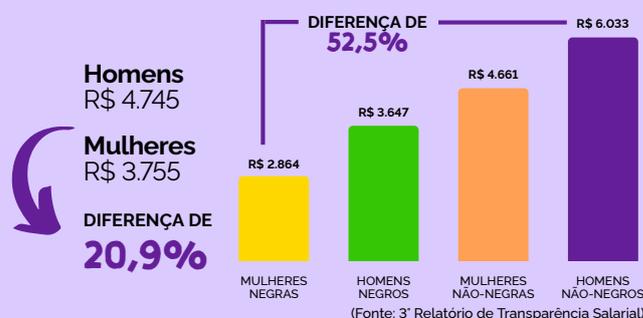
# IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS NO TRABALHO

*Um compromisso que interessa a toda a sociedade*

Em 2023, o Brasil deu um passo histórico: em tempo recorde, aprovamos a **Lei de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens (Lei nº 14.611/2023)**, sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A nova lei é fundamental porque estabelece medidas efetivas para eliminar barreiras estruturais que dificultam o ingresso, a permanência e a progressão das mulheres no mercado de trabalho. Sua implementação plena engloba várias frentes de atuação, além do relatório de transparência. Um trabalho que depende de um esforço contínuo e coletivo de empresas, setor público e sociedade.

## RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL E DE CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS

*Desigualdades no trabalho persistem, mas há avanços fundamentais*



Três relatórios já foram divulgados trazendo, pela primeira vez no Brasil, de forma ampliada, a realidade remuneratória das(os) trabalhadoras(es) de mais de 50 mil empresas com 100 ou mais empregados, bem como a existência (ou não) de políticas de incentivo à contratação e promoção na perspectiva de gênero e diversidade. De acordo com o 3º Relatório divulgado em abril deste ano:

- A transparência cresceu. Aumentou o número de empresas em que é possível calcular as diferenças salariais entre mulheres e homens, inclusive em cargos de diretoria e gerência;
- Cresceu o número de empresas em que a **diferença é de até 5% nos salários médios e medianos** para mulheres e homens;
- Trabalhadoras de serviços administrativos recebem 79,8% dos salários dos homens, uma desigualdade menor do que a média;
- A participação de **mulheres negras** nas empresas com 100 ou mais funcionários (as) cresceu 18,2%, enquanto a média entre os homens foi de 4%; e
- 7,5% dos estabelecimentos têm políticas de contratação de **mulheres indígenas**.



Accesse os dados completos na Plataforma do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET: <http://pdet.mte.gov.br>.



## GUIA PARA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DA LEI DE IGUALDADE SALARIAL

A publicação traz reflexões acerca das discrepâncias que se manifestam no ambiente de trabalho, entre elas, a salarial. Também abarca o conteúdo dos Relatórios de Transparência Salarial e como os sindicatos e empregadores podem atuar para reduzir as desigualdades com planos de ação para diagnóstico, estratégia e monitoramento.

Baixe agora a publicação

[Clique aqui ou acesse o QR-Code](#)



## PLANO NACIONAL DE IGUALDADE SALARIAL E LABORAL:

**Mais de 80 ações e R\$ 17 bilhões de previsão em investimentos**

Coordenado pelos ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego, a iniciativa é fruto de diálogo com representantes sindicais, patronais, instituições públicas e universidades, envolvendo ao todo 10 ministérios e o Gabinete Pessoal da Presidência da República, no âmbito do **Grupo de Trabalho Interministerial de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens** (Decreto nº 11.514/2023). Com previsão orçamentária de R\$ 17 bilhões distribuídos em quatro anos, o Plano contém inicialmente 81 ações divididas em três eixos: 1) Acesso e ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho; 2) Permanência das mulheres nas atividades laborais; 3) Ascensão e valorização profissional das mulheres no mundo do trabalho.

## AVANÇAM AS MULHERES, AVANÇA O BRASIL

**MAIS DE 20% DE CRESCIMENTO NO PIB MUNDIAL**

Esse é um dos avanços que teremos se as mulheres tiverem as mesmas oportunidades que os homens no mercado de trabalho.

*(Fonte: Banco Mundial)*

**R\$ 382 BILHÕES**

Esse é montante que o Brasil poderia expandir sua economia se implementasse políticas moderadas de igualdade de gênero. O valor seria duplicado com igualdade plena!

*(Fonte: Organização Internacional do Trabalho)*

## FAÇA PARTE DESSE MOVIMENTO FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA

Com adesões de empresas, instituições e organizações de diferentes setores, o **Movimento pela Igualdade no Trabalho** convoca a população brasileira a enfrentar o cenário das desigualdades no país e mobiliza para ações que promovam a mudança. Acesse a página [gov.br/mulheres/igualdadenostrabalho](http://gov.br/mulheres/igualdadenostrabalho) e saiba como sua empresa ou entidade pode aderir à causa.



## 7ª EDIÇÃO PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA:

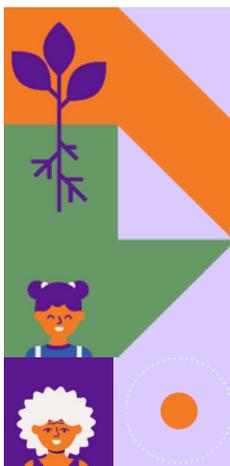
*Mais de 100 empresas aderem à iniciativa que visa eliminar barreiras no acesso ao trabalho, na remuneração, ascensão profissional e permanência das mulheres no emprego*

A iniciativa estimula empresas públicas e privadas, com 100 ou mais funcionários, a adotarem políticas e práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional, para eliminar barreiras no acesso ao trabalho, na remuneração, ascensão profissional e permanência das mulheres no emprego. Juntas, as 103 empresas que aderiram à 7ª edição movimentaram mais de R\$ 680 bilhões em 2023. Lançado em 2005, o Programa é uma iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Mulheres em parceria com a ONU Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério da Igualdade Racial e Ministério do Trabalho e Emprego.



PROGRAMA

**PRÓ-EQUIDADE  
DE GÊNERO E RAÇA**



**EM 2022,  
MULHERES  
DEDICARAM 9,6  
HORAS POR  
SEMANA A MAIS  
DO QUE OS  
HOMENS AOS  
AFAZERES  
DOMÉSTICOS  
OU AO  
CUIDADO DE  
PESSOAS.**

**HISTÓRICO!**

### **POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS VIRA LEI:**

*Garantia de um direito e valorização do trabalho de cuidado*

Em 2024, o Brasil instituiu a Política Nacional de Cuidados como um direito na legislação e o Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), foi um dos órgãos que participaram ativamente das articulações para que a política se tornasse realidade. A tramitação recorde da proposta encaminhada para o Congresso Nacional, em julho, foi transformada na Lei 15.069/2024 em dezembro.

O mote principal da política é garantir o direito ao cuidado para quem precisa e promover a valorização desse trabalho, bem como a corresponsabilidade entre Estado, família, setor privado e sociedade civil, reduzindo a sobrecarga das pessoas que cuidam, em sua maioria mulheres. A prioridade são crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e trabalhadoras(es) do cuidado, remuneradas(os) ou não.

## INVESTIMENTOS NAS POLÍTICAS DE CUIDADOS

O Ministério das Mulheres destinou um total de **R\$6 milhões**, por meio de editais, para ações de formação com mulheres em autonomia econômica e cuidados e para construção de **lavanderias públicas comunitárias**. O edital específico da construção das lavanderias, prevendo destinação de **R\$2,6 milhões**, foi lançado em 2023 para estados e municípios apresentarem propostas.

## PROGRAMA ASAS PARA O FUTURO

Lançado em 2025, o programa busca ampliar a participação de jovens mulheres entre 15 e 29 anos, especialmente negras e indígenas, em setores estratégicos da economia — como tecnologia, energia, infraestrutura e ciência — por meio de qualificação profissional e formação sociopolítica. Com foco na inclusão produtiva, o programa promove parcerias com outros ministérios e institutos federais buscando contribuir para transformar a realidade de mulheres brasileiras e construir um futuro mais justo e inovador para o país.

## AUTONOMIA ECONÔMICA E SUPERAÇÃO DA POBREZA E DA FOME

Mais de **R\$4,5 milhões** foram destinados para o **fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais, indígenas e das periferias urbanas** com foco na superação da pobreza e da fome. Os projetos foram selecionados por meio de edital de propostas com foco na promoção da autonomia econômica, geração de renda, economia solidária e empreendedorismo, com vistas a reduzir a pobreza e a fome das mulheres.

## MAIS POLÍTICAS PARA TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

- **Parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):** visa fortalecer organizações representativas e efetivar direitos sociais e trabalhistas da categoria. A aula inaugural do programa reuniu 150 trabalhadoras domésticas de 13 estados do país. Outros cinco módulos regionais serão aplicados ao longo de 2025. Para o programa foram investidos R\$ 2,4 milhões, em 2024.
- **Mulheres Mil – Trabalho Doméstico e Cuidados:** foram ofertadas 900 vagas para mulheres trabalhadoras domésticas realizarem curso de formação profissional em seis cidades: Recife/PE, Aracaju/SE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP e Florianópolis/SC. O projeto é acompanhado pelos sindicatos locais e executado por Institutos Federais. A certificação tem aumentado a empregabilidade delas e em São Paulo já há procura por trabalhadoras que fizeram os cursos. Novas vagas serão abertas em 2025.

## CURSO MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

O curso explora as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no trabalho e as formas de superá-las. Passando por temas como jornada, remuneração e assédio, a formação propõe um debate teórico a partir das experiências práticas das participantes, trabalhando conceitos como interseccionalidade e pobreza de tempo. A iniciativa é uma parceria entre o Ministério das Mulheres, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Para se inscrever, acesse [www.escolavirtual.gov.br/curso/1198](http://www.escolavirtual.gov.br/curso/1198).



# PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

*As políticas e demais ações de prevenção à violência contra as mulheres avançaram desde 2023. Resgatamos o Programa Mulher Viver sem Violência, lançamos o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e reestruturamos a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. A Casa da Mulher Brasileira chegou a Salvador (BA), Teresina (PI), Ananindeua (PA) e Palmas (TO) e, com isso, já são 11 unidades em funcionamento pelo país. As mobilizações Feminicídio Zero e Brasil sem Misoginia reuniram centenas de entidades públicas e privadas, inclusive clubes de futebol. A parceria com a CAIXA fez com que a campanha Feminicídio Zero alcançasse mais de 13 mil lotéricas com a divulgação do Ligue 180 nos bilhetes. Confira!*



**Mais de 120 empresas públicas e privadas, órgãos públicos, organizações e entidades da sociedade civil firmaram o compromisso de desenvolver ações de educação e conscientização pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres.**

Clubes de futebol estão entre os principais parceiros da mobilização nacional permanente lançada em agosto de 2024, mês em que a Lei Maria da Penha completou 18 anos. Isso porque há um aumento de 23,7% nos registros de ameaça contra mulheres nos dias em que um dos times da cidade joga, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**MAIS DE 10 JOGOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO (SÉRIES A, B E C)** com ações como faixa em campo, camiseta com Ligue 180, selo no uniforme, citação na locução, vídeo no telão do estádio. **Flamengo, Botafogo, Vasco, Corinthians, Fortaleza, Bahia, Cruzeiro, Remo, Paysandu, Grêmio e Inter** são alguns dos times que aderiram à mobilização.



## PARCERIA COM A CBF

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) também firmou parceria com o Ministério das Mulheres para garantir a segurança de meninas e mulheres em estádios, arenas e outros espaços em que estejam na condição de torcedoras, equipe técnica e atletas. Além disso, entre as ações conjuntas estão o incentivo à inserção e permanência das mulheres no esporte, desde as categorias de base, preparando o Brasil para a Copa do Mundo de Futebol Feminino que sedaremos em 2027.





## FEMINICÍDIO ZERO NO RIO CARNAVAL 2025

Lançamento na Cidade do Samba em parceria com a Fiocruz, Ministério da Saúde e Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA). Exibição de faixa na Sapucaí, aplicação de adesivos nas portas dos banheiros, painéis de LED e distribuição de materiais informativos durante o carnaval, inclusive nos ensaios das escolas nas quadras.

## MAIS DE 13 MIL LOTÉRICAS DO BRASIL

foram impactadas com a mobilização do Femicídio Zero, com os selos da campanha e do Ligue 180 estampados nos bilhetes. A ação foi uma parceria do Ministério das Mulheres com a CAIXA.



## #BRASIL SEM MISOGINIA

Lançada em outubro de 2023, Brasil sem Misoginia é uma mobilização que chama a sociedade brasileira para se comprometer, cotidianamente, com o enfrentamento ao ódio e a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres. Logo no primeiro ano da ação, empresas, instituições públicas, movimentos sociais, organizações diversas, como torcidas de futebol, aderiram formalmente à iniciativa. Uma das frentes priorizadas pelo Brasil sem Misoginia é o combate ao discurso de ódio às mulheres no ambiente online. Foram firmadas parcerias estratégicas com os ministérios da Cultura, dos Transportes e do Esporte, enfatizando o compromisso de trabalho conjunto.

# CASA DA MULHER BRASILEIRA

**Proteção para as mulheres: mais de 430 mil atendimentos foram realizados ao longo de 2024**

A Casa da Mulher Brasileira é um dos eixos do **Programa Mulher Viver sem Violência**, retomado pelo Ministério das Mulheres em março de 2023. O espaço de acolhimento às mulheres em situação de violência tem atendimento multidisciplinar e humanizado. Entre os serviços especializados estão: apoio psicossocial, delegacia e juizado especializados, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Patrulha Maria da Penha, cuidado com as crianças, alojamento de passagem e central de transportes.



*Desde 2023, Salvador (BA), Teresina (PI), Ananindeua (PA) e, mais recentemente, Palmas (TO) passaram a ter uma Casa da Mulher Brasileira. Elas se somaram às outras unidades em funcionamento: São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Curitiba (PR), Boa Vista (RR) e Ceilândia (DF).*

**11** unidades em funcionamento

**31** em implementação/obras

**R\$ 389 milhões** em investimentos desde 2023

## PARCERIA ENTRE DATAPREV E MINISTÉRIO DAS MULHERES VAI PADRONIZAR PRODUÇÃO DE DADOS

Demanda histórica da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o **Sistema UNA Casa da Mulher Brasileira** vai coletar e organizar, de maneira padronizada e estruturada, os dados referentes aos atendimentos realizados nos equipamentos em todo o país. A nova ferramenta também permitirá a geração de relatórios para tomadas de decisão, principalmente para a análise das demandas regionais, contribuindo para a implementação de ações mais eficientes e direcionadas. As unidades de **Teresina (PI)**, **São Luís (MA)** e **Palmas/TO** foram as primeiras a receberem capacitação para implantação do sistema.



CASA DA MULHER BRASILEIRA

# CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA

**8** unidades inauguradas

**17** em implementação/obras

Mais de R\$ 26 milhões em investimentos desde 2023

A rede de atendimento a mulheres em situação de violência passou a contar com novos **Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMB)**. O equipamento foi inaugurado em **Cruzeiro do Sul/AC, Francisco Beltrão/PR, Cidade Ocidental/GO, Jataí/GO, Santo Antônio do Descoberto/GO, Mossoró/RN, Hortolândia/SP e Japeri/RJ**. Adaptados a municípios menores, os CRMB são espaços destinados a prestar acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, proporcionando atendimento psicológico e social e orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher.

## MAIS INVESTIMENTOS

R\$ 4,1 milhões foram destinados para **17 Centros de Referência** localizados em **11 estados**, por meio de edital para aquisição de móveis e equipamentos.

## DE OLHO NA OBRA

Para acompanhar cada fase de implementação, bem como as cidades, os estados e valores investidos em cada unidade da Casa da Mulher Brasileira e dos Centros de Referência da Mulher Brasileira, o Ministério das Mulheres lançou, em novembro de 2024, o Painel de Monitoramento. Acesse em:

[gov.br/mulheres/casadamulherbrasileira](https://gov.br/mulheres/casadamulherbrasileira)



Foto: Mauro Neto/Secom AM



Foto: Igor Matias



Foto: ASCOM/Ministério das Mulheres

# PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS

## 19 estados e Distrito Federal já aderiram à iniciativa

Instituído pelo Decreto nº 11.640/2023, o Pacto tem como objetivo prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas. Em março de 2024 foi lançado o Plano de Ações com 73 medidas governamentais intersetoriais envolvendo mais de 10 órgãos do governo federal.

### 73 AÇÕES

nas áreas da saúde, educação, cultura, justiça e segurança

### R\$ 2,5 BILHÕES

de previsão orçamentária



## CARTILHA DO PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS

Elaborada em parceria com a ONU Mulheres, a publicação apresenta os eixos, as diretrizes e o modelo de governança do Pacto. Também traz o contexto do problema da violência contra as mulheres e meninas no Brasil, apresentando um panorama histórico das políticas de enfrentamento à violência de gênero e uma reflexão sobre os paradigmas da prevenção.

Baixe agora a publicação

[Clique aqui](#) ou acesse o QR-Code



## LEI MARIA DA PENHA: MAIS DE 10 ENTIDADES EM DIÁLOGO PARA O APRIMORAMENTO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Instituído em janeiro de 2025 por meio de portaria ministerial, o **Fórum Nacional Permanente de Diálogos com o Sistema de Justiça sobre a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, é formado por mais de 10 entidades, com a coordenação do Ministério das Mulheres. Tem como objetivo o fortalecimento, o aprimoramento e a operacionalização de mecanismos de prevenção, proteção e qualificação do acesso à justiça.

## MAIS SEGURANÇA PARA AS MULHERES: NOVO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO (FONAR)

Firmamos um Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, em agosto de 2024 para a criação e implementação eletrônica e integrada do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Fonar), unindo o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP) e a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ).

## 17 ESTADOS JÁ ADERIRAM À POLÍTICA DE COTAS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Coordenada pelos ministérios das Mulheres e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, a política garante a reserva de 8% dos postos de trabalho em contratações públicas para mulheres vítimas de violência. Até o momento Acre, Amapá, Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins são os parceiros da iniciativa instituída pelo Decreto 11.430/2023.

### HISTÓRICO!

## MEMORIAL DA MULHER BRASILEIRA - CASA MARIA DA PENHA JÁ É REALIDADE

Assinamos um acordo histórico com a Universidade Federal do Ceará para a criação do **Memorial da Mulher Brasileira – Casa Maria da Penha**. Com investimento de **R\$ 1,4 milhão** do Ministério das Mulheres, o imóvel onde será construído o memorial é o mesmo onde Maria da Penha sofreu as tentativas de feminicídio. O Governo do Estado do Ceará o desapropriou para ceder o espaço para este projeto de reflexão sobre os direitos das mulheres.

O memorial também vai abrigar uma clínica de direitos humanos com viés de gênero, com iniciativas de promoção da memória, educação, defesa dos direitos das mulheres e valorização das contribuições das mulheres na sociedade brasileira.



### ELA VOLTOU, A

## CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - LIGUE 180

*Só em 2024, mais de 690 mil ligações atendidas, representando um aumento de 21,6% em relação ao ano anterior, o que mostra que a confiança está crescendo.*

Após um ano e meio de um intenso processo de reestruturação, o Ministério das Mulheres reinaugurou a nova Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em agosto de 2024. O canal passou a atuar de forma totalmente independente ao Disque 100, da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), passando a ter novamente indicadores exclusivos. Foram implementados novos formulários de atendimento, revisão da base de informações e atualização da base de serviços, qualificação na temática de violência contra a mulher para as atendentes, garantindo assim maior precisão e eficiência no atendimento.

# 2 ANOS DE RETOMADA DO PRINCIPAL CANAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES



## 2023

- FEVEREIRO** Atualização da base de dados sobre os tipos de violência e dos serviços que compõem a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.
- ABRIL** Lançamento do canal exclusivo no **WhatsApp: (61) 9610-0180**.
- AGOSTO** Lançamento da campanha "Brasil sem violência contra a mulher. Brasil com respeito" com a divulgação do Ligue 180.
- NOVEMBRO** Lançamento da campanha "Ligue 180 - Nossa ligação mais forte em defesa das mulheres".

## 2024

- FEVEREIRO** Lançamento do Painel do Ligue 180 com mapeamento de mais de 2.600 serviços de atendimento às mulheres no Brasil. Capacitação das atendentes sobre atendimento no Carnaval.
- MARÇO** Parceria com a Uber para divulgação do canal.
- MAIO** Ligue 180 passa a dar informações sobre o Programa Dignidade Menstrual. Atendimento prioritário para denúncias de violência contra mulheres no Rio Grande do Sul.
- JUNHO** Projeto Chamada pelo Acolhimento: parceria com organização Serenas lança videoaulas para promover qualificação de atendentes do Ligue 180.
- AGOSTO** Inauguração da nova Central de Atendimento à Mulher.
- OUTUBRO** Parceria com o Google para divulgação do canal.
- NOVEMBRO** Acordos de Cooperação Técnica com 10 estados para definição de novos fluxos e encaminhamento de denúncias do Ligue 180.

# Casa da Mulher Indígena

*Anunciado em 2023 durante a Marcha das Mulheres Indígenas, novo equipamento será voltado especificamente ao atendimento às mulheres indígenas em situação de violência em seus territórios*

Em 2024 demos mais um passo para a implementação das Casas da Mulher Indígena. Firmamos uma parceria com o LAB Mulheres, Arquitetura e Territórios (LAB\_M.A.T), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), com o objetivo de elaborar diretrizes arquitetônicas para a Casa da Mulher Indígena. São mais de R\$ 2.23 milhões em investimentos para, inicialmente, seis casas por bioma.



## ***Mais ações para mulheres indígenas***

- **Ligue 180 nos territórios indígenas:** alinhamento do fluxo de denúncias recebidas pelas ouvidorias da FUNAI e do Ministério dos Povos Indígenas e Ligue 180.
- **Yanomamis:** apresentamos o Plano de Ações para a implementação da rede de proteção a meninas e mulheres Yanomamis e, junto à Coordenação da Casa da Mulher Brasileira de Boa Vista, capital de Roraima, e CASAI Yanomami está elaborando o processo de fluxo de acolhimento.
- **Programa Tecendo Bem-Viver:** em parceria com o MPI, foram destinados R\$ 1,5 milhão para fomentar 17 projetos socioeconômicos promovidos por coletivos de mulheres indígenas e suas organizações e preservar os saberes e práticas dos povos originários.
- **Programa Cidadania Marajó:** em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), contribuimos para o enfrentamento aos crimes praticados contra crianças e adolescentes no Arquipélago de Marajó (PA),
- Destinamos **R\$ 4 milhões** para aquisição de tornozeleiras eletrônicas e outros dispositivos móveis de monitoramento previstos na aplicação da Lei Maria da Penha. Foram contemplados nove estados no edital: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Sergipe e Tocantins.
- **R\$ 3 milhões** foram destinados via edital para organizações da sociedade civil executarem ações de educação para prevenção às violências contra mulheres. Foram habilitadas 11 propostas.



# **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

*As ações de incentivo às mulheres na política e em assentos estratégicos foram intensas. Entre as iniciativas de destaque estão o crescimento do número de Secretarias de Políticas para as Mulheres em todas as regiões do país e a realização de duas edições do Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para Mulheres. Também lançamos cursos direcionados à ampliação da participação feminina em espaços de poder, lançamos a campanha “Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia” e divulgamos um diagnóstico com recomendações para enfrentar a violência política de gênero. Confira!*



## MAIS SECRETARIAS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

A fim de dar mais capilaridade às políticas direcionadas às mulheres, um dos principais eixos de atuação do Ministério das Mulheres é fomentar a criação e implementação de Secretarias de Políticas para as Mulheres, as chamadas SPMs.



O crescimento é fruto de uma série de ações desenvolvidas pelo Ministério, como a retomada dos fóruns e investimento em editais de formação de gestoras e de estruturação das SPMs.



## FÓRUM NACIONAL DE GESTORAS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Mais de 350 gestoras estaduais e municipais se reuniram em Brasília

Em sua segunda edição, o Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para Mulheres aconteceu nos dias 11 e 12 de junho de 2024, em Brasília. Ao todo, 359 gestoras participaram do evento, representando cerca de 40% acima da edição do ano anterior. Todos os 26 estados e o Distrito federal estiveram representados por suas Secretarias de Mulheres, assim como 175 municípios de todas as regiões. O objetivo foi fomentar o intercâmbio de experiências e estratégias entre gestoras de políticas para as mulheres de diferentes esferas do governo, com foco na participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

### Oficinas de Planejamento dos Fóruns Estaduais

Em diálogo com as Secretarias Estaduais, realizamos três oficinas de planejamento nos estados de Minas Gerais, Amazonas e Paraná, envolvendo cerca de 500 gestoras municipais e estaduais. O programa de formação está sendo ampliado, com novas oficinas com o objetivo de alcançar ainda mais gestoras e atores estratégicos.

**Atualmente, existem 17 Fóruns Estaduais de Políticas para as Mulheres constituídos, 11 deles criados em 2023 e seis, em 2024.**

## EDITAIS, CURSOS DE FORMAÇÃO E GUIA: AÇÕES PARA FORTALECER SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Com a soma de dois editais voltados ao fortalecimento e à estruturação de Secretarias de Mulheres, o volume total de recursos aportados alcança **R\$ 3.97 milhões**, consolidando um importante investimento no fortalecimento das políticas públicas para as mulheres em âmbito estadual e distrital. O recurso foi distribuído entre 15 estados, cada um recebendo R\$ 250 mil por proposta aprovada. Os estados beneficiados foram: Alagoas, Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), também lançamos dois cursos voltados à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão:

- **Curso "Gestão e Implementação de Organismos de Políticas para Mulheres":** Lançado durante o II Fórum Nacional de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres, o curso recebeu 9.509 inscrições e já capacitou mais de 3,4 mil mulheres.
- **Curso "O protagonismo das mulheres: passos para a atuação das mulheres nos espaços de poder e decisão".** Oferecido nas modalidades presencial e virtual, o curso é orientado por módulos temáticos, englobando Planejamento, Gestão e Áreas Temáticas, como por exemplo, Saúde, Cultura, Educação e Justiça Climática, dirigido às gestoras estaduais, municipais e equipes técnicas, visando alcançar cerca de 1 milhão de participantes. Em 2024, o curso recebeu 7.100 inscrições e capacitou 3.416 mulheres.

*Com o propósito de estimular gestoras e gestores públicos a criarem e fortalecerem Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) em suas cidades, a publicação aborda a importância da articulação institucional, as políticas públicas para as mulheres e, no capítulo sobre SPMs, traz todas as orientações desde o que são esses órgãos, a importância, o papel e a função até o modelo de lei para a criação da SPM e o desenvolvimento das políticas em si.*

*Baixe agora a publicação*

*Clique aqui ou acesse o QR-Code*



# CAMPANHA MAIS MULHERES NO PODER, MAIS DEMOCRACIA

Com vistas às eleições municipais de 2024, a campanha teve como foco a ampliação da participação de mulheres, em toda sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e de decisão. As peças da campanha buscaram ainda conscientizar e sensibilizar a população brasileira sobre a realidade da violência política que atinge de forma permanente as mulheres, especialmente as mulheres negras, indígenas e LBTs. Lançada durante a abertura do II Fórum Nacional de Políticas para Mulheres, a campanha contou com a divulgação de materiais informativos, como vídeos, cards para redes sociais, reportagens especiais, folder, adesivos, cartazes e cartilhas. Além de trazerem dados e informações sobre a sub-representatividade das mulheres na política, os materiais divulgam canais de denúncia e orientações, como o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



**A Cartilha Mais Mulheres no Poder, Mais democracia** faz um resgate histórico da legislação eleitoral, traz dados sobre violência política de gênero, sobre a sub-representatividade das mulheres na política nacional e apresenta ações do governo federal para mudar este cenário. A cartilha teve o apoio da Procuradoria da Mulher do Senado, da Liderança da Bancada Feminina do Senado Federal, da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (Coordenação de Direitos da Mulher, Procuradoria da Mulher e Observatório Nacional da Mulher na Política).

*Baixe agora  
a publicação*  
Clique aqui ou  
acesse o QR-Code



## MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANS/TRAVESTIS NO PODER

Lançado em janeiro de 2024, o Grupo de Trabalho para Elaboração de Estratégias para o Enfrentamento à Violência Política de Gênero contra Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Trans/Travestistem teve objetivo elaborar o mapeamento e diagnóstico da participação política das mulheres lésbicas, bissexuais, trans/travestis, preparar materiais de conscientização e prevenção à violência política de gênero e desenvolver estratégias para enfrentar a desinformação, *fake news* e toda a cultura de ódio cometida e propagada na internet contra mulheres LBTs.

## IGUALDADE DE DECISÃO E PODER PARA AS MULHERES

**Investimento de R\$ 6 milhões em mais de 60 iniciativas para alavancar a formação de mulheres**

O Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), lançou o **Editais de Formação para Mulheres: Igualdade de Decisão e Poder para as Mulheres**. A chamada pública selecionou **64 projetos** de formação de liderança para mulheres em seus territórios, visando contribuir para a superação da sub-representação nos espaços públicos e o enfrentamento à violência política contra elas. São ações de enfrentamento à misoginia, ao preconceito, à discriminação e ao racismo, reconhecendo o impacto que a violência política gera na saúde mental das mulheres que atuam na área, e promovendo ações de acolhimento, cuidado e manutenção da saúde mental das mulheres no exercício político.

### Um diagnóstico completo para enfrentar a violência política de gênero

O relatório final do *Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres* traz um amplo diagnóstico sobre como a violência política atinge mulheres que ocupam ou buscam ocupar espaços de poder e decisão, sejam elas detentoras de mandatos, candidatas, dirigentes partidárias, lideranças de movimentos sociais e sindicais, ativistas sociais, defensoras dos direitos humanos, jornalistas e influenciadoras digitais, afetando, com maior perversidade, aquelas que “são marcadas por intersecções diversas, tais como identidade de gênero, raça, etnia, religião, classe social, entre outras”, aponta o relatório. Com a coordenação do MMulheres, o GTI teve a participação de representantes dos ministérios da Igualdade Racial (MIR), dos Povos Indígenas (MPI), dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Presidência da República.



Baixe agora  
a publicação  
Clique aqui ou  
acesse o QR-Code





# PARTICIPAÇÃO SOCIAL

*No fortalecimento da democracia e na construção de políticas públicas comprometidas com a igualdade de gênero, a participação social é um eixo central da atuação do Ministério das Mulheres. Desde 2023, o órgão tem ampliado o diálogo com a sociedade civil por meio de fóruns que valorizam a escuta ativa. Esses espaços reúnem a diversidade das vozes de mulheres brasileiras – quilombolas, pescadoras, marisqueiras, do campo, das águas e das florestas, além de lésbicas, transexuais e travestis –, reafirmando o compromisso do Ministério com políticas públicas inclusivas, plurais e enraizadas nos diferentes territórios e experiências das mulheres. Destacam-se, ainda, o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a organização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.*



# DEMOCRACIA VEM AÍ A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

## MAIS DEMOCRACIA, MAIS DIREITOS, MAIS CONQUISTAS PARA TODAS

Será realizada entre os dias 29 de setembro a 1º de outubro de 2025, sendo um espaço de promoção dos diálogos com as mulheres brasileiras em sua diversidade e pluralidades. O encontro será construído a partir das comunidades, territórios, municípios, estados, regiões e contará com conferências livres como garantia de ampliação dos espaços de diálogos e mais participação onde as mulheres poderão se organizar e discutir sua realidade a partir dos temas que as afetam. Podem esperar muito debate, cultura e mostras da produção das mulheres.

**CNDM**

**CONSELHO NACIONAL DOS  
DIREITOS DA MULHER**

Durante o longo período de restrições e rigor aplicado pelo governo anterior, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) manteve-se firme e atuante, e conseguiu, mesmo timidamente, ocupar o espaço de atuação e travar as lutas em conformidade com seu Regimento Interno. Atualmente, com parte de sua composição renovada para a vigência do triênio (2024/2027), vem se fortalecendo gradativamente e buscando a recomposição da rede de Conselhos da Mulher em âmbito municipal e estadual. A nova composição representa um novo ciclo de promoção da igualdade de gênero, defesa dos direitos das mulheres e o fortalecimento das políticas públicas de combate a todas as formas de discriminação e violência de gênero.

Criado em 1985, o colegiado é um órgão consultivo e deliberativo, hoje vinculado ao Ministério das Mulheres. Entre as principais ações do conselho estão: a realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em setembro de 2025; o acompanhamento de propostas em tramitação no Congresso Nacional, entre outras ações.

## FÓRUM DE MULHERES QUILOMBOLAS

Instituído em novembro de 2023, o **Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas** reúne representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e de outros órgãos do governo federal, com a coordenação do Ministério das Mulheres. A iniciativa busca evidenciar os diversos tipos de violência que afetam essas mulheres em seus territórios para que, a partir da formulação de políticas públicas focadas nas especificidades dessa parcela da população, possamos superar todas as desigualdades de raça e gênero. Um dos resultados do Fórum é instituição, em fevereiro deste ano, do **Programa Intersectorial para Mulheres Quilombolas**.

## FÓRUM DE MULHERES DA PESCA, AQUICULTURA ARTESANAL E MARISQUEIRAS

Composto por 13 organizações representativas do segmento, o **Fórum de Políticas Públicas de Autonomia Econômica e Cuidado com Mulheres da Pesca, Aquicultura Artesanal e Marisqueiras** promove ações para assegurar, entre outros direitos, a proteção social, a valorização da categoria e o reconhecimento do papel delas na economia e na segurança alimentar. Uma das conquistas do Fórum foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica "**Mulheres pescando autonomia e igualdade**" entre o Ministério das Mulheres e o Ministério da Pesca e Aquicultura. A parceria visa promover ações integradas de autonomia econômica das pescadoras artesanais, a valorização da prática e dos seus territórios, além do fomento de políticas públicas que assegurem os direitos e o pleno exercício da cidadania das pescadoras e marisqueiras.

## FÓRUM DE MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Em março deste ano, o **Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas** realizou seu primeiro seminário nacional com o objetivo de revisar e propor novas diretrizes para o enfrentamento à violência vivenciada por mulheres de áreas rurais, florestais e ribeirinhas. Um dos compromissos assumidos pelo Ministério das Mulheres é a implementação de unidades móveis de atendimento a fim de superar o acesso limitado dessas mulheres a serviços públicos especializadas. São vans, barcos e lanchas especialmente adaptados para ampliar o atendimento às mulheres.



## FÓRUM DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS

O *Fórum para Diálogo com Trabalhadoras Domésticas Remuneradas* promove o diálogo sobre a participação delas no controle social; ações de formação e capacitação; estratégias para ampliar a formalização das trabalhadoras domésticas remuneradas; construção de subsídios para fomento de políticas públicas que atendam às necessidades da categoria considerando as dimensões de gênero e raça.

## FÓRUM DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O *Fórum para Promoção da Autonomia e Inclusão Socioeconômica de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis* visa fortalecer a participação social das mulheres catadoras de materiais recicláveis; identificar o impacto socioambiental da atividade de gestão de resíduos realizada por essas trabalhadoras; construir trilhas de formação de qualificação, de gestão e de organização produtiva e socioeconômica das catadoras. O colegiado também busca discutir estratégias de financiamento e pagamentos por serviços ambientais prestados; além de debater políticas de cuidado e autonomia econômica para esse grupo.

## FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LÉSBICAS

Cabe ao *Fórum para a Promoção de Estratégias para a Autonomia Econômica e Cuidado, Enfrentamento à Violência e Articulação Institucional de Políticas Públicas para Lésbicas* propor ações para debater igualdade de gênero, orientação sexual e participação política nas políticas para mulheres. A iniciativa também busca debater estratégias e ações de prevenção às violências contra lésbicas e políticas de cuidado de atendimento às lésbicas, além de elaborar estudos e diagnósticos das lésbicas em seus diferentes territórios.

## FÓRUM COM AS CENTRAIS SINDICAIS

Instituído em outubro de 2023, o *Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica com as Centrais Sindicais* tem como objetivo fortalecer a participação das mulheres trabalhadoras no controle social das políticas. Até o momento, as discussões envolveram estratégias para a implementação da Lei de Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023) por meio de negociações coletivas.

## FÓRUM DE MULHERES DO MOVIMENTO HIP-HOP

Considerando que a prática cultural Hip-Hop constitui uma forma de enfrentamento à violência, à misoginia e de promoção da igualdade, o *Fórum Nacional para a Elaboração de Políticas Públicas para as Mulheres do Movimento Hip-Hop* busca valorizar a diversidade das mulheres do Hip-Hop, além de incentivar práticas culturais e educativas intergeracionais. O objetivo é formular políticas públicas e campanhas pelo fim da discriminação contra a participação das mulheres no movimento Hip-Hop e pelo combate à misoginia.



# PRODUÇÃO DE DADOS



## RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER - RASEAM

Produzido pelo *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, o Raseam traz uma compilação descritiva e analítica das principais bases de dados e de indicadores referentes ao perfil sociodemográfico das mulheres brasileiras. Também fornece subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres nas esferas federal, estadual e municipal.

Acesse todas as edições em [gov.br/mulheres/observatorio](http://gov.br/mulheres/observatorio).

## PAINEL DE INDICADORES DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO REPRESENTA UM AVANÇO NO PAÍS

Lançada em outubro de 2023, a ferramenta online tem a finalidade de servir de fonte de informação para a sociedade civil, gestoras e gestores das três esferas governamentais, pesquisadoras(es), jornalistas e a todas as pessoas interessadas em acompanhar a evolução da realidade das mulheres no Brasil.

## MISOGINIA ONLINE É TEMA DE PESQUISA DO NETLAB-UFRJ E MMULHERES

Fruto da parceria, o *Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais* teve como foco as redes sociais e plataformas Facebook, Instagram, Messenger, Audience Network e YouTube, com a publicação de dois estudos:

- **“Golpes, fraudes e desinformação na publicidade digital abusiva contra mulheres”** identificou e classificou 1.565 anúncios publicitários dirigidos às mulheres como sendo problemáticos, irregulares ou ilegais/fraudulentos. Também mapeou perfis, páginas e sites envolvidos na divulgação de produtos, serviços e/ou tratamentos suspeitos, enganosos ou fraudulentos, com potencial de causar danos à saúde das mulheres, e que promovem uma cultura de incentivo à desigualdade de gênero e ao ódio contra mulheres e meninas.
- **“Aprenda a evitar ‘este tipo’ de mulher: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube”** destaca como canais divulgam mensagens de ódio contra as mulheres e transformam a misoginia em um negócio lucrativo. O estudo ainda observou de maneira qualitativa os vídeos de 137 canais com conteúdos explicitamente misóginos. Juntos, eles publicaram, nos últimos seis anos, mais de 105 mil vídeos.



# PROTAGONISMO NA AGENDA INTERNACIONAL

*Desde 2023, o Ministério das Mulheres vem desempenhando um papel central no cenário internacional. Durante a presidência brasileira do G20 em 2024 lideramos o Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres. A pasta também participou de Sessões da Comissão sobre a Situação da Mulher da Organização das Nações Unidas (CSW); da 29ª Conferência do Clima das Nações Unidas - COP29; de Reuniões de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL (RMAAM); e da 66ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. A ministra Cida Gonçalves também foi a Genebra para apresentar a situação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero no Brasil na 88ª Sessão do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).*

## GRUPO DE TRABALHO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES DO G20

O Ministério das Mulheres desempenhou um papel central durante a presidência brasileira do G20 ao liderar a 1ª Reunião Ministerial do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres. Ao longo de 2024, o GT promoveu debates e entregas estratégicas que fortaleceram o eixo de gênero em políticas globais: 1) Trabalho e Políticas de Cuidado; 2) Combate à Violência e Misoginia Online; 3) Justiça Climática.

O GT alcançou destaque internacional com sua inclusão na Declaração de Líderes, fruto da Cúpula de Líderes, realizada nos dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro. Os líderes das maiores economias mundiais se comprometeram "com a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas", reafirmando a importância do GT de Empoderamento das Mulheres.

***Primeira reunião ministerial da história do Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres do G20 realizada em 11 de outubro de 2024, em Brasília.***



### CARTILHA "MULHERES NO G20" NAS MÃOS DOS LÍDERES DAS MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS

Durante a Cúpula do G20, o Ministério das Mulheres distribuiu uma cartilha que reúne as principais propostas para mulheres nas declarações dos Grupos de Trabalho e Grupos de Engajamento do G20 em 2024. A cartilha está disponível para download e serve como guia para entender as recomendações do GT e as políticas internacionais voltadas ao empoderamento feminino.



*Baixe agora  
a publicação*  
**Clique aqui ou  
acesse o QR-Code**



## CSW: SESSÃO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER

O Brasil tem participação histórica na CSW desde a sua criação, em 1946. O evento é a principal instância da ONU dedicada exclusivamente a promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todo o mundo. A CSW congrega mais de 10 mil representantes de Estados-membros, entidades da ONU e ONGs credenciadas, focando na deliberação de temas críticos para os direitos das mulheres e igualdade de gênero. O Ministério das Mulheres chefiou a delegação brasileira nas últimas três sessões (2023, 2024 e 2025), destacando os programas e as iniciativas do governo brasileiro para combater as desigualdades e promover a inclusão e proteção social das mulheres.

## CEDAW: 88ª SESSÃO DO COMITÊ SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES

Em maio de 2024, o governo brasileiro apresentou seu relatório de políticas para as mulheres na sede da ONU, em Genebra, diante de um comitê composto por 23 peritas internacionais. A ministra das Mulheres e chefe da delegação, Cida Gonçalves, mostrou a retomada das ações nesse campo após seis anos de retrocesso. Além de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, a ministra apresentou iniciativas de autonomia econômica, como a Lei de Igualdade Salarial. Também apontou a retomada do orçamento no país.

## REUNIÃO DE MINISTRAS DE MULHERES DO BRICS REFORÇA PARTICIPAÇÃO FEMININA PARA UMA NOVA GOVERNANÇA GLOBAL

Debater estratégias para que a igualdade de gênero esteja no centro dos debates sobre desenvolvimento econômico e inovação sustentável. Com este objetivo, o Ministério das Mulheres liderou a Reunião Ministerial de Mulheres do BRICS, em Brasília/DF, em 24 de abril de 2025. O encontro, que ocorre sob a presidência brasileira do agrupamento do Sul Global, tratou de três temas considerados prioritários e interligados: Mulheres, Desenvolvimento e Empreendedorismo; Governança Digital: Misoginia e Desinformação; e Empoderamento das Mulheres, Ação Climática e Desenvolvimento Sustentável.

Foto: Isabela Castilho/BRICS Brasil



## **29ª CONFERÊNCIA DO CLIMA DAS NAÇÕES UNIDAS - COP29**

O Ministério das Mulheres co-realizou um debate sobre gênero e justiça climática na programação oficial do Pavilhão do Brasil na COP29, realizada em novembro de 2024 em Baku, capital do Azerbaijão. O evento reuniu milhares de pessoas de países signatários, além de observadores de organizações internacionais, sociedade civil, setor privado, academia e outros grupos. A inclusão de mulheres em espaços de tomada de decisão sobre o tema da ação climática, a centralidade do trabalho de defesa da fauna e da flora, a importância das mulheres para a produção de alimentos e a preservação das culturas e territórios também foram temas levantados no painel.

## **REUNIÃO DE MINISTRAS E ALTAS AUTORIDADES DO MERCOSUL**

No âmbito das ações do Mercosul, o Brasil participou de quatro reuniões e presidiu uma delas. Entre os destaques está a construção de uma lista com 10 recomendações de enfrentamento à violência política de gênero e à misoginia. O documento foi aprovado por consenso pelas ministras das Mulheres da Argentina, do Brasil, do Uruguai e do Paraguai com apoio dos países associados presentes (Bolívia, Chile, Equador e Peru). O ato aconteceu durante a XXI Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), em Buenos Aires, em maio de 2023. Em todas as oportunidades, os esforços nacionais no enfrentamento à violência política de gênero e na promoção da igualdade de oportunidades para mulheres foram destacados.

## **66ª REUNIÃO DA MESA DIRETORA DA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**

Realizado na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago, Chile, o encontro reuniu ministras e altas autoridades para o tema de mulheres de países da região, além de representantes da academia e da sociedade civil. A reunião é organizada pela CEPAL, em coordenação com a ONU Mulheres. O encontro visa analisar o cumprimento dos acordos internacionais e regionais sobre a igualdade de gênero e impulsionar a incorporação da perspectiva de gênero e a garantia dos direitos humanos das mulheres nas políticas públicas dos países da região. Na ocasião, destacamos como a democracia é essencial para garantir a efetivação das políticas públicas para mulheres e meninas, e que a diversidade das mulheres deve ser considerada como uma prioridade na elaboração dessas políticas.

## **O BRASIL NA PRESIDÊNCIA DO PRINCIPAL MECANISMO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO DAS AMÉRICAS**

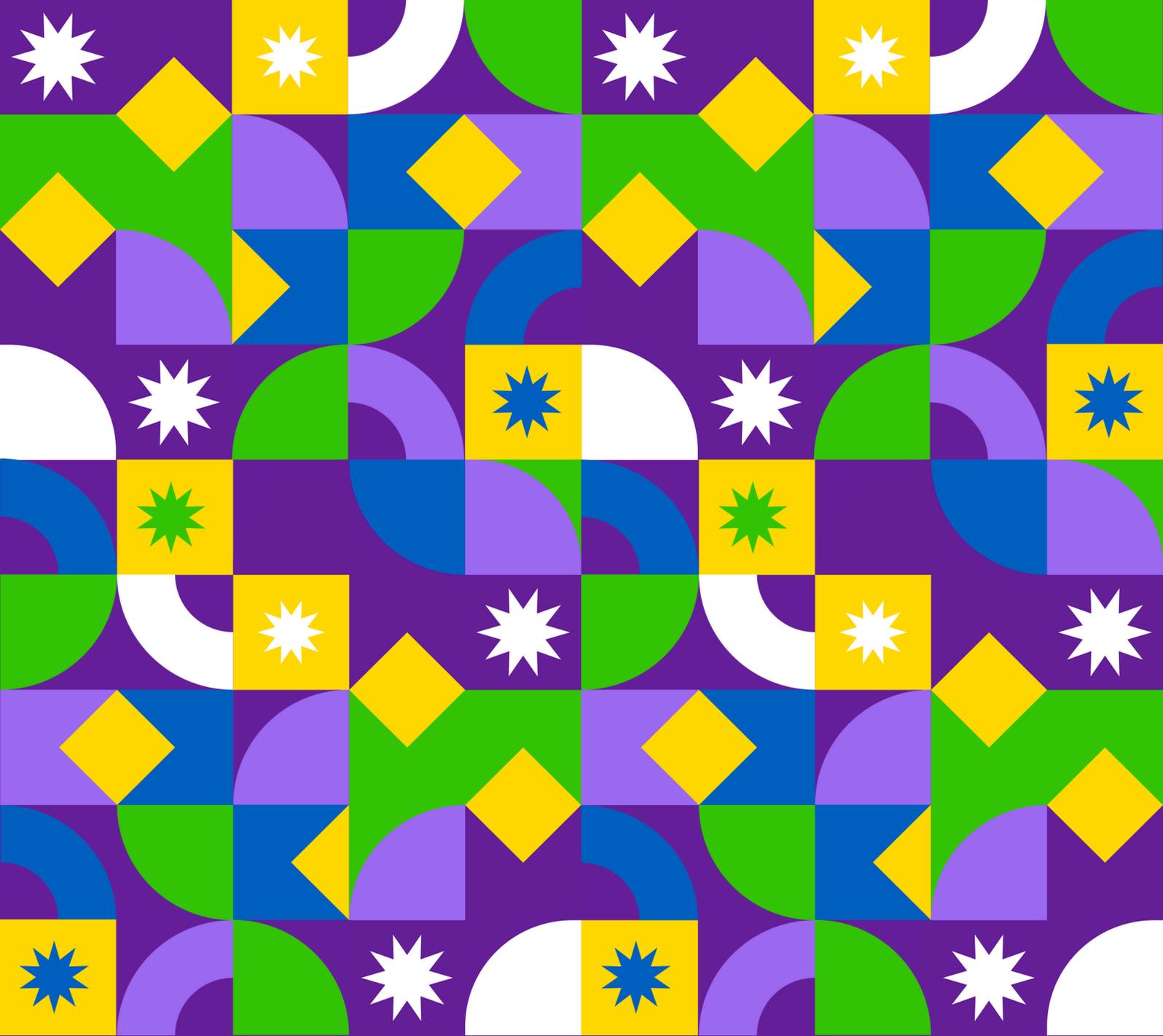
Em fevereiro de 2025, a ministra Cida Gonçalves foi empossada como presidenta da Conferência Extraordinária dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (MESECVI). Adotada há 30 anos, a Convenção de Belém do Pará definiu a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e estabeleceu mecanismos para combatê-la, destacando que esse enfrentamento é papel de toda a sociedade. Em junho de 2025, o Brasil sediará a X Conferência dos Estados Parte, que deverá contar com aproximadamente 200 delegadas de países, organizações internacionais e sociedade civil, bem como peritas do CEVI.

# MAIS DIREITOS PARA AS MULHERES

*Desde 2023, o Brasil tem avançado na consolidação de um marco legal mais justo e igualitário para as mulheres. Diversas leis foram sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com impacto direto na vida das brasileiras. Fruto da articulação do Ministério das Mulheres com o Congresso Nacional e demais instâncias do governo, essas legislações representam conquistas em áreas fundamentais como o enfrentamento à violência de gênero, a promoção da igualdade no mundo do trabalho e o reconhecimento do cuidado como direito e responsabilidade compartilhada. Cada nova lei simboliza um passo firme na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com os direitos das mulheres.*

**CONFIRA A RELAÇÃO  
COMPLETA NO SITE DO  
MINISTÉRIO DAS  
MULHERES**





 [gov.br/mulheres](https://gov.br/mulheres)

    [min.dasmulheres](https://min.dasmulheres)

 [mindasmulheres](https://mindasmulheres)

MINISTÉRIO DAS  
MULHERES

